



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011
CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/209

CAPITULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1º - O OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU, podendo ser doravante chamado simplesmente OS, é pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, instituição do terceiro setor, com sede e foro na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, sito a **Rua Padre Montoya, nº 490 - Sala 03 - Centro - CEP 85851-080** e será regido pelos artigos 53 a 61 do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002, pelo presente estatuto e demais disposições legais aplicáveis, com prazo de duração indeterminado.

CAPITULO II DO OBJETO E FINALIDADES

Art. 2º – O OS tem como objetivos gerais:

- I - Atuar como organismo de apoio à comunidade para pesquisa, análise e divulgação de informações sobre o comportamento de entidades e órgãos públicos com relação à aplicação dos recursos, ao comportamento ético de seus funcionários e dirigentes, aos resultados gerados e à qualidade dos serviços prestados;
- II - Congregar, localmente, representantes da sociedade civil organizada, executivos e profissionais liberais de todas as categorias, dispostos a contribuir no processo de difusão do conceito de cidadania tributária, servindo a seu grupo profissional e à sociedade em geral;
- III - Possibilitar o exercício do direito de influenciar as políticas públicas que afetam a comunidade, conforme está assegurado pelo artigo 1º da Constituição Federal de 1988: “todo poder emana do povo”;
- IV - Incentivar e contribuir com o aprimoramento pessoal e profissional de membros da comunidade e de profissionais ligados às áreas de interesse do OS, através de cursos, seminários, palestras, debates, grupos de estudos, entre outras atividades;
- V - Incentivar e promover eventos artísticos e culturais que possam contribuir para a criação da cultura da cidadania tributária e popularização das ferramentas de participação dos cidadãos na avaliação e monitoramento da gestão dos recursos públicos;
- VI - Contribuir, diretamente, para que haja maior transparência na gestão dos recursos públicos, de acordo com o previsto no artigo 5º, incisos XIV e XXXIV; no artigo 37, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988;
- VII - Estimular a participação da sociedade civil organizada no processo de avaliação da gestão dos recursos públicos, visando defender e reivindicar a austeridade necessária na sua aplicação, dentro de princípios éticos com vistas à paz e à justiça social;



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011

CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009

- VIII - Incentivar e promover o voluntariado nas ações educativas e operacionais em favor dos direitos do cidadão e contra a corrupção;
- IX - Realizar e divulgar estudos relativos a atividades governamentais e empresarias de interesse da comunidade;
- X - Reverter o quadro de desconhecimento, por parte de indivíduos, empresas e entidades, de mecanismos capazes de possibilitar o exercício da cidadania tributária e o controle da qualidade na aplicação dos recursos públicos;
- XI - Apresentar propostas para o desenvolvimento de projetos, atividades, estudos, que contemplem a promoção de mudanças fundamentais e essenciais no processo de gestão dos recursos públicos, principalmente nas áreas de educação e saúde, recursos humanos, licitações, gastos dos poderes públicos e assistência social;
- XII - Promover a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- XIII - Promoção da ética, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais;

Parágrafo Primeiro - Os serviços de educação e saúde a que a entidade eventualmente se dedique, serão prestados de forma inteiramente gratuita e com recursos próprios, vedado seu condicionamento a qualquer doação, contrapartida ou equivalente.

Parágrafo Segundo - Entende-se por cidadania tributária a capacidade de entendimento da importância social dos tributos e a necessidade do controle social dos gastos públicos.

Art. 3º - Para alcance dos seus objetivos, o OS poderá firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de cooperação, mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

CAPITULO III

DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - O direito de participar como associado do OS é concedido a entidades de classe, organizações sociais ou de representação comunitária, empresas privadas, pessoas naturais e instituições públicas, através de cidadãos que as representem e por elas nomeados e que venham a contribuir para a consecução da missão do OS.

Parágrafo Único – O ingresso de pessoas físicas ou jurídicas como associadas ao OS, deverá ser feito através de manifestação formal das interessadas, na qual



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011

CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009
conste concordância plena com as condições estabelecidas no presente Estatuto
e Regimento Interno do OS.

Art. 5º - O OS é constituído por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

- I. Associado fundador,
- II. Associado efetivo,
- III. Associado contribuinte.
- IV. Associado institucional,
- V. Associado mantenedor,
- VI. Associado profissional,
- VII. Associado voluntário.

Art. 6º - É associado fundador, pessoa física e ou jurídica presente na assembleia de constituição, ou que venha associar-se no prazo máximo de trinta (30) dias corridos, após a assembleia de constituição.

Art. 7º - É associado efetivo, o associado contribuinte, pessoa física ou jurídica, que tenha participado das atividades do OS, por prazo não inferior a três (03) anos consecutivos, sem faltas ou sanções administrativas e que tenha prestado relevantes serviços ao OS, o qual poderá ser convidado pelo Conselho de Administração a compor a categoria.

Art. 8º - É associado contribuinte, pessoa física ou pessoa jurídica, que venha a solicitar sua adesão e seja aprovado pelo Conselho de Administração.

Art. 9º - Na categoria de associado institucional podem ser incluídas todas as entidades do Terceiro Setor, universidades, faculdades e escolas técnicas, entidades de classe e Setor Governamental, que venham a formar parcerias ou trabalhos em conjunto, estando isentas do pagamento de anuidades.

Art. 10 - O associado mantenedor é pessoa jurídica que patrocina as atividades da associação, de forma constante ou periódica.

Art. 11 - O associado profissional é pessoa física, profissional de diversos segmentos que venha a trabalhar nos programas desenvolvidos pela entidade ou que venha a manter interface com as atividades e objetivos da associação, e não pague anuidades.

Art. 12 - O associado voluntário é pessoa física que venha a participar das atividades de forma espontânea e estando isento do pagamento de anuidades.

Art. 13 - Uma pessoa poderá pertencer a mais de uma categoria de associado.



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011

CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009

Parágrafo Único – É facultado ao Conselho de Administração do OS a criação, a qualquer tempo, de outras categorias de associados, regulamentadas em futura alteração do presente estatuto após deliberação em assembleia geral.

CAPITULO IV

DA ADMISSÃO, SUSPENSÃO, EXCLUSÃO E DEMISSÃO DE ASSOCIADO

Art. 14 - Para admissão, o associado deverá preencher uma ficha cadastral, a qual será analisada pelo Conselho de Administração e, uma vez aprovada, o novo associado será informado do seu número de matrícula e categoria a que pertence.

Parágrafo Único – Os critérios de admissão de associados serão definidos no Regimento Interno.

Art. 15 - O convite para associado contribuinte se tornar efetivo será em forma de avaliação, pelo Conselho de Administração, após ter cumprido o prazo de três (03) anos de associado contribuinte, atendendo às normas deste Estatuto e do Regimento Interno do OS.

Art. 16 – O associado que cometer falta grave com desrespeito a este estatuto ou praticar ações que contrariem os objetivos do OS poderá ser excluído.

Parágrafo Primeiro - A exclusão se dará por solicitação de no mínimo 03 membros do Conselho de Administração, ou por cinco associados que, por escrito, formularão os motivos devendo o pedido ser apreciado em 20 (vinte) dias, em assembleia geral extraordinária especialmente convocada, cuja decisão deverá ser tomada por dois terços dos associados presentes à assembleia e em votação secreta;

Parágrafo Segundo – Será assegurado ao associado, que se pretenda excluir, a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo Terceiro – Nas infrações ou faltas de menor gravidade, a critério do Conselho de Administração poderão ser aplicadas penas de advertência reservada, advertência escrita e ou suspensão temporária.

Art. 17 - Para demissão espontânea, basta ao associado encaminhar a solicitação do seu afastamento temporário ou definitivo, através de correspondência dirigida ao Conselho de Administração do OS.

4



**OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU
ESTATUTO SOCIAL**

**CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011
CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/209**

**CAPITULO V
DOS DIREITOS E DEVERES DO ASSOCIADO**

Art. 18 - São direitos do associado:

- I. frequentar a sede do OS,
- II. usufruir os serviços oferecidos pelo OS,
- III. participar das assembleias,
- IV. manifestar-se sobre os atos e decisões e atividades do OS,
- V. aos associados fundadores e efetivos, o direito de votar e ser votado, submetendo-se ao processo eletivo, nos termos previstos neste Estatuto e no Regimento Interno.

Art. 19 - São deveres do associado:

- I. acatar as decisões das assembleias,
- II. atender aos objetivos do OS,
- III. zelar pelo nome do OS,
- IV. participar das atividades do OS,
- V. contribuir na apresentação das propostas, projetos e programas,
- VI. pagar anuidades, segundo sua categoria,
- VII. manter em dia o pagamento das contribuições e serviços utilizados.

**CAPITULO VI
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

Art. 20 – A estrutura organizacional do OS é constituída por associados, na forma deste estatuto, denominados Conselheiros, e que compõem os diversos órgãos administrativos.

Art. 21 - São órgãos do OS:

a) Deliberativos:

- I – Assembleia Geral,
- II – Conselho de Administração,
- III – Conselho Fiscal.

b) Consultivo

- I – Conselho Consultivo

c) Executivos:

- I – Secretaria Executiva,
- II – Departamentos.



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011

CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração poderá criar outros órgãos de apoio ou de caráter executivo como núcleos, comissões, secretarias, departamentos, de acordo com a necessidade de estruturação das atividades do OS.

Parágrafo Segundo – Outros órgãos que venham a ser criados pelo Conselho de Administração, na forma do parágrafo acima, deverão ter sua forma de atuação disciplinada pelo Regimento Interno.

Art. 22 – Os Conselheiros serão admitidos conforme cada categoria de associado, na forma deste Estatuto.

Parágrafo Primeiro - Os associados e os membros integrantes dos órgãos administrativos não respondem, solidária nem subsidiariamente, pelos ônus financeiros e obrigações regularmente assumidas pelo OS, salvo quando agirem comprovadamente com culpa ou dolo, nos termos da Lei.

Parágrafo Segundo - É vedada a distribuição de lucros, superávits, bonificações, remunerações e quaisquer outras vantagens aos Conselheiros, pelo exercício de suas funções;

Art. 23 – Os Conselheiros dos órgãos administrativos podem pedir a renúncia, a qualquer tempo, mediante pedido por escrito e protocolado, não implicando a renúncia em exclusão das obrigações assumidas pelo Conselheiro ou a responsabilidade pelos atos praticados no seu cargo.

CAPITULO VII DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 24 – A Assembleia Geral é o órgão máximo do OS, soberana em suas decisões, dela participando os associados no gozo de seus direitos.

Art. 25 – A Assembleia Geral Ordinária reúne-se ordinariamente, uma vez por ano, no 1º trimestre, em 1ª convocação com a presença de metade mais um dos conselheiros e dos associados e, em segunda convocação, 30 minutos depois, com qualquer número de conselheiros, deliberando por maioria simples dos votos.

Parágrafo Primeiro – A convocação da Assembleia Geral Ordinária é feita pelo presidente do Conselho de Administração do OS, publicada em edital em jornal de circulação diária local, com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência e em, no máximo, 30 dias da data de sua realização.

Parágrafo Segundo – O Edital de Convocação deverá conter data, horário, local (endereço completo) e pauta.



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011

CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009

Parágrafo Terceiro – Assembleias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas:

- a) pelo Conselho de Administração,
- b) pelo Conselho Fiscal,
- c) por um quinto (1/5) de associados em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 26 – Compete a Assembleia Geral Ordinária:

- I. Apreciar o relatório de atividades e de operações financeiras do Conselho de Administração, relativo ao exercício findo, após parecer do Conselho Fiscal;
- II. Apreciar e julgar o plano de atividades e a previsão orçamentária anual, apresentados pelo Conselho de Administração;

Art. 27 – Compete a Assembleia Geral Extraordinária:

- I. Eleger os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, quando convocada especialmente para tal fim e no prazo previsto neste Estatuto.
- II. aprovar alteração de estatuto, proposta pelo Conselho de Administração do OS;
- III. deliberar sobre exclusão de associado;
- IV. destituir os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal quando comprovada administração fraudulenta;
- V. deliberar sobre a dissolução do OS, proposta pelo Conselho de Administração;
- VI. deliberar sobre qualquer matéria de interesse social ou do Observatório para a qual tenha sido convocada.

Parágrafo Único: Para as deliberações a que se referem os itens II, IV e V, é exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes a Assembleia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço), nas convocações seguintes.

CAPITULO VIII DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 28 – O Conselho de Administração é o órgão deliberativo e executivo do OS, composto por 05 (cinco) membros assim distribuídos:

- a) Presidente
- b) Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros
- c) Vice-presidente para Assuntos Institucionais e de Alianças
- d) Vice-presidente para Assuntos de Produtos e Metodologia
- e) Vice-presidente para Assuntos de Controle Social

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho de Administração terão mandato de dois (02) anos, podendo ser reconduzidos.



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011
CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009

Parágrafo Segundo – Se no exercício do mandato, algum membro do Conselho de Administração vier ocupar cargo ou função pública, ou ainda, cargo de liderança em decorrência de sua participação político-partidária deverá solicitar seu afastamento, enquanto perdurar a condição, sob pena dos demais membros do Conselho Administrativo assim o fazê-lo.

Art. 29 – O Conselho de Administração reunir-se-á semanalmente para avaliação das atividades do OS, aprovar planos de ação e os balancetes mensais do Observatório e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do seu Presidente ou por maioria simples dos seus membros, consignando-se em ata suas decisões.

Art. 30 - Compete ao Conselho de Administração:

- I. administrar o OS, desenvolvendo projetos/programas oferecidos pela Rede da Cidadania Fiscal;
- II. definir sua forma de organização e funcionamento;
- III. elaborar o regimento interno e o relatório anual de suas atividades;
- IV. propor alterações no presente estatuto;
- V. criar outros órgãos de apoio e de caráter executivo;
- VI. constituir a Secretaria Executiva, contratar e demitir funcionários;
- VII. propor a criação de outras categorias de associados;
- VIII. decidir sobre admissão e desligamento de associados;
- IX. propor a concessão de títulos beneméritos a pessoas que tenham prestado relevantes serviços ao OS, quer seja por atividade voluntária, quer por doações e contribuições;
- X. realizar a prestação de contas e o balanço de cada exercício, bem como a proposta orçamentária para o exercício subsequente, para que sejam submetidos à apreciação do Conselho Fiscal, bem como da Assembleia Geral.

Parágrafo Único - A formação do quadro funcional do OS, contratação e demissão de funcionários permanentes ou temporários, definição de cargos e salários, criação de normas administrativas gerais, são também atribuições do Conselho de Administração, regulamentadas em Regimento Interno.

Art. 31 – O Conselho de Administração poderá, a seu critério, convidar os associados a compor grupos de trabalho, independentes da estrutura administrativa, para desenvolver atividades, como:

- I. serviços de voluntariado,
- II. realização de eventos, congressos, seminários e feiras,
- III. grupos de estudos e pesquisas,
- IV. demais atividades de interesse dos associados, que não firam os objetivos do OS.

8



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011

CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/209

Art. 32 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

- I. representar o OS ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, em suas relações com a administração pública e qualquer terceiro, praticando todos os atos referentes à realização de seus fins e à defesa e proteção dos direitos e interesses do OS;
- II. presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- III. em conjunto com o Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros:
 - a) assinar contratos e constituir procuradores "ad judicium" e "ad negotia", especificando os poderes nos respectivos instrumentos;
 - b) abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinando cheques, ordens e requisições;
 - c) assinar correspondências que de qualquer modo obriguem o OS.

Art. 33 - Aos Vice-presidentes compete:

- I. substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.
- II. propor planos de ação para suas áreas específicas,
- III. propugnar pelo alcance dos objetivos do OS,
- IV. cumprir e fazer cumprir o presente estatuto,

Parágrafo Primeiro – sobre as competências específicas de cada vice-presidente:

- a) ao Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros compete o registro e o zelo pelas contas, contratos e aquisições do OS, sendo também o substituto imediato do Presidente nas suas faltas e impedimentos.
- b) ao Vice-presidente para Assuntos Institucionais e de Alianças compete o trabalho de relações públicas do OS, visando a integração e consolidação das parcerias com outras instituições.
- c) ao Vice-presidente para Assuntos de Produtos e Metodologia compete a coordenação das ações do OS relativas à aplicação da metodologia de trabalho no controle dos gastos públicos e na educação tributária.
- d) ao Vice-presidente para Assuntos de Controle Social compete o levantamento dos resultados do trabalho do OS e a divulgação de seu impacto na mudança das políticas sociais, visando a maior participação da sociedade.

Parágrafo Segundo – Nas faltas e impedimentos do Presidente ou do Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros, qualquer um dos demais Vice-presidentes poderá substituir um (Presidente) ou outro (Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros) na assinatura de cheques e outros documentos.

Parágrafo terceiro – Os membros do Conselho de Administração não poderão acumular cargos no Conselho Fiscal.



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU
ESTATUTO SOCIAL
CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011
CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009
CAPITULO IX
DO CONSELHO FISCAL

Art. 34 - O OS terá um Conselho Fiscal, composto de três (03) membros, sendo dois (02) titulares e um (01) suplente, com mandato concomitante aos demais Conselhos, de dois (02) anos, com direito à recondução.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano ou, extraordinariamente, quando convocado pelo Conselho de Administração ou sempre que as ações do OS venham a requerer.

Art. 35 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar e proferir parecer sobre o balanço patrimonial e demonstrações financeiras;
- II. opinar sobre atos de caráter econômico e financeiro, sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade, quando solicitado pelo Conselho de Administração.
- III. examinar os livros e escrituração do OS;
- IV. acompanhar os trabalhos de eventuais auditores externos independentes;
- V. convocar extraordinariamente a Assembleia Geral.

Parágrafo Único - É prerrogativa do Conselho Fiscal a contratação de auditoria externa, para avaliação das contas e balanço do OS, em cumprimento aos dispositivos legais.

CAPÍTULO X
CONSELHO CONSULTIVO

Art. 36 – O Conselho Consultivo é órgão de apoio ao Conselho de Administração, formado por no mínimo três (3) e no máximo por doze (12) membros da comunidade, convidados pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Ordinária.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho Consultivo terão mandato de dois (02) anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo Segundo - Na primeira reunião, os membros do Conselho Consultivo elegerão um presidente e um vice-presidente entre seus membros, com mandato igual aos demais conselhos.

Art. 37 – O Conselho Consultivo reunir-se-á quadrimestralmente para avaliação das atividades do OS;

Art. 38 - Compete ao Conselho Consultivo:

10



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011

CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009

- I - Propor diretrizes para o cumprimento dos objetivos do OSFI;
- II - Avaliar e referendar o Plano de Ação Anual proposto pelo Conselho de Administração;
- III - Avaliar relatórios e prestação de contas do Conselho de Administração;
- IV - Analisar os aspectos operacionais dos programas e projetos do OSFI;
- V - Contribuir com suas avaliações e sugestões para a melhoria das ações do OSFI;
- VI - Fornecer suporte e apoio aos projetos e programas do OSFI;
- VII - Propor novas ações, programas e projetos ao OSFI;
- VIII - Opinar sobre as decisões estratégicas do Conselho de Administração;
- IX - Propor alterações no presente estatuto e;
- X - Fortalecer a imagem e as ações do OSFI.

CAPITULO XI DA SECRETARIA EXECUTIVA

Art. 39 - A estrutura administrativa da Secretaria Executiva será dimensionada conforme volume de atividades a ser administrado, podendo variar em função do número de departamentos e dos programas e projetos, sendo que sua criação é facultativa ao funcionamento do OS.

Art. 40 – Os profissionais integrantes da Secretaria Executiva serão contratados e remunerados na forma da Lei, sendo subordinados ao Conselho de Administração do OS.

Parágrafo único: Caso a função seja exercida por um associado, o mesmo fica com seus direitos de associado suspensos enquanto ocupar o cargo, não podendo votar nos assuntos administrativos, sem prejuízo dos seus direitos.

Art. 41 - Compete à Secretaria Executiva:

- I – administrar o OS sob comando do Conselho de Administração,
- II – organizar e executar os planos de trabalho,
- III – acompanhar as ações das unidades de trabalho,
- IV – manter em dia as contas e a documentação necessária,
- V – emitir relatórios periódicos,
- VI – buscar formas de atualização técnica e otimização do trabalho.

Art. 42 - A Secretaria Executiva deverá reunir-se periodicamente com os departamentos, licenciadas e outras unidades de trabalho constituídas, para avaliação e acompanhamento permanente das suas atividades.

CAPITULO XII DAS ELEIÇÕES

Art. 43 - O presidente do Conselho de Administração do OS convocará Assembleia Geral Extraordinária a cada biênio, para a eleição dos Conselhos de Administração e Fiscal.

 - 11



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011
CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/209

Parágrafo Primeiro - A convocação será feita através de Edital onde haverá a indicação de Comissão Eleitoral constituída por três conselheiros indicados, publicando-o uma vez em jornal de circulação diária local, devendo a publicação ser feita no mínimo **30** dias antes das eleições.

Parágrafo Segundo – Somente poderão ser candidatos os associados fundadores e efetivos, desde que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

Parágrafo Terceiro - Terão direito a voto todos os associados no exercício das condições previstas nos **Capítulo III e V** deste Estatuto.

Parágrafo Quarto - Cada Conselheiro terá direito a um voto, vedado o voto por procuração e a acumulação de votos.

Art. 44 - O registro das chapas deverá ser feito na sede do OS, mediante protocolo, até 05 (cinco) dias antes das eleições, obedecidos os seguintes critérios:

I. pedido de registro de chapa contendo a indicação dos associados candidatos que comporão os 05 (cinco) membros do Conselho de Administração e os 03 (três) membros do Conselho Fiscal;

II. o pedido de registro será assinado pelos candidatos, sendo vedada a inclusão de um mesmo candidato em mais de uma chapa;

III. declaração individual assinada pelos candidatos de que não estão impedidos de exercerem cargos eletivos no OS, não são falidos ou cometeram crimes dolosos;

IV. apresentação de cópia de documento de identidade, do cadastro de pessoa física perante a Receita Federal e comprovante de residência, declaração de que não é funcionário público e certidão emitida no Sítio do Tribunal Regional Eleitoral, comprovando não ser filiado a partido político.

Parágrafo único – Para exercer o direito de candidatura, o pretendente deverá enquadrar-se no **Art. 5º**, nas categorias I e II desde que estejam quites com as contribuições e anuidades junto ao Observatório até sessenta (60) dias antes das eleições.

Art. 45 - Ocorrendo qualquer irregularidade no registro, o candidato a conselheiro será comunicado por escrito para que proceda à regularização dentro de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de impugnação da mesma.

  12



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011

CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009

Parágrafo Primeiro – O pedido de impugnação da chapa deverá ser realizado por escrito, até 02 (dois) dias corridos após a assembleia e deverá ser protocolado junto à secretaria do OS.

Parágrafo Segundo – O pedido de impugnação será analisado pela Comissão Eleitoral, que terá o prazo máximo de 03 (três) dias corridos para fornecer o parecer.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo a impugnação, será prorrogado automaticamente o mandato da gestão em exercício, até a nova Assembleia de Eleição.

Art. 46 - As eleições serão realizadas na sede do OS, das 14 às 20 horas, sendo ato contínuo a realização da apuração dos votos.

Art. 47 - A eleição ocorrerá em Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o fim específico, da seguinte forma:

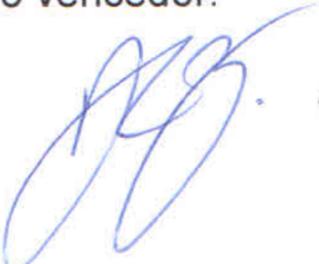
- I. serão indicados dois membros entre os presentes para condução da assembleia de eleição que não sejam candidatos,
- II. um dos membros será o presidente da mesa e outro o secretário,
- III. para cada chapa candidata, será destinado um período para apresentação da sua plataforma de trabalho,
- IV. a votação será secreta, aberto para todos associados de pleno gozo dos seus direitos,
- V. os votos serão depositados em uma urna lacrada, exposta na mesa do presidente da assembleia,
- VI. encerrada a votação, será realizada a contagem dos votos e, após o escrutínio, será proclamada a chapa eleita.

Parágrafo Único - A apuração dos votos será realizada nas próprias mesas eleitorais, com presença dos fiscais indicados pelas chapas concorrentes e dos membros da Comissão Eleitoral, sendo o resultado divulgado através de edital afixado na sede do OS.

Art. 48 - Terminada a apuração dos votos, os membros da comissão eleitoral farão a lavratura da ata, contendo o resultado da votação.

Art. 49 - Será considerada nula a votação, devendo ser novamente realizada, quando apresentar número de votos diversos do número de conselheiros e associados votantes.

Art. 50 – Em caso de empate na votação, será eleita a chapa cujo candidato a Presidente do Conselho de Administração for o mais idoso, cuja prova deverá ser feita assim que terminada a apuração, para a declaração do vencedor.

 13



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011
CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/209

Art. 51 - Os eleitos poderão ser empossados imediatamente após a apuração dos votos ou em solenidade a ser realizada até 30 dias após as eleições.

CAPITULO XIII DO PATRIMÔNIO

Art. 52 - Constituem patrimônio do OS:

I. As contribuições, doações, subvenções, legados e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, representado por bens móveis e imóveis.

II. Os bens móveis ou imóveis por ela adquiridos ou recebidos na realização de seus fins e as rendas deles auferidas e usufrutos que lhes forem conferidos.

Parágrafo Primeiro – O patrimônio do OS, constituído de bens imóveis, será identificado em escritura pública, tendo sido adquirido ou recebido em doação, livre e desembaraçado de ônus.

Parágrafo Segundo - Os bens imóveis, bem como, os bens móveis de relevante valor, somente poderão ser alienados por decisão do Conselho de Administração, após parecer do Conselho, devendo sempre o resultado ser revertido para os fins do Observatório.

CAPITULO XIV DAS RECEITAS

Art. 53 – Constituem receitas do OS:

I. Valores decorrentes das contribuições, doações e legados oferecidos por terceiros.

II. Recursos financeiros, taxas, anuidades ou mensalidades, oriundos das contribuições feitas pelos associados nos termos do **Capítulo III** deste Estatuto, bem como de outras entidades públicas ou privadas.

III. Valores decorrentes das doações, subvenções, legados e auxílios de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras.

IV. As decorrentes das rendas e usufrutos auferidos de bens móveis ou imóveis de sua propriedade ou de terceiros ou que venham a constituir através de contrato ou termo de acordo ou parceria.

V. As resultantes da prestação de serviços, comercialização de produtos e ou receitas de produção de bens ou mercadorias, ou ainda de publicações e inscrições de cursos, palestras e outros eventos.

14



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011
CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009

VI. As dotações, subvenções eventuais ou resultados de termos de parceria recebidos diretamente da União, dos Estados e Municípios ou através de órgãos públicos de administração direta ou indireta.

VII. Os produtos de operações de crédito, internas ou externas, para financiamento de suas atividades, bem como os rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade e de seu patrimônio.

VIII. As rendas em seu favor constituídas por terceiros, juros bancários e outras receitas de capital.

IX. As doações de pessoa física ou jurídica a título de incentivo fiscal ou renúncia fiscal, em conformidade com legislação específica.

X. Termos de Parceria, Convênios e Contratos firmados com o Poder Público para financiamento de projetos na sua área de atuação.

XI. Outras contribuições e taxas diversas.

Parágrafo Primeiro – As receitas auferidas pelo OS serão aplicadas, integralmente, no país e na manutenção e desenvolvimento de suas atividades, bem como na manutenção do seu patrimônio e consecução dos seus objetivos.

Parágrafo Segundo - Na ocorrência de "superávit" financeiro, o valor apurado será utilizado exclusivamente para o atendimento das finalidades do Observatório, sejam elas cumpridas através de estrutura própria ou pela estrutura de organizações afins conveniadas, contratadas ou patrocinadas pelo OS.

Parágrafo Terceiro - É vedada a remessa ou transferência de recursos do OS para o exterior ou a distribuição de eventuais lucros ou dividendos aos associados.

Parágrafo Quarto – O OS poderá constituir o Fundo de Reserva Social e Fomento a Cidadania Fiscal, o qual será regido por normas específicas e pelas legislações pertinentes.

CAPITULO XV DO EXERCÍCIO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Art. 54 - O exercício financeiro corresponde ao ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro, em cuja data será fechado o balanço anual e demais demonstrações financeiras, na conformidade da legislação vigente, devendo observar os princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

 15



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011
CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração do OS, na administração nos atos de gestão deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Parágrafo Segundo - Publicar em jornal de circulação nacional, no encerramento do exercício fiscal, relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, que deverão acompanhar a prestação de contas e serem colocados à disposição para exame de qualquer conselheiro, membro da estrutura administrativa do OS.

Parágrafo Terceiro - Promover a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes, se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos públicos, objeto de termo de parceria, conforme previsto na Lei 9790/99.

Parágrafo Quarto - Realizar a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos, em conformidade com o que determina o § único do art. 70 da Constituição Federal.

CAPITULO XV I DOS LIVROS

Art. 55 - O OS manterá seguintes livros:

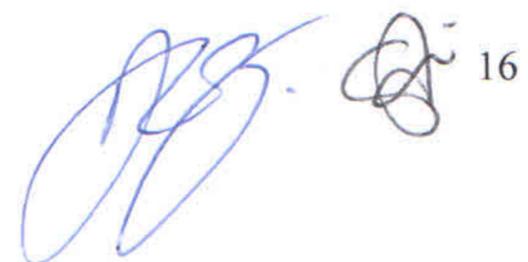
- I. livro de presença das assembleias e reuniões,
- II. livro de ata das assembleias e reuniões,
- III. livros fiscais e contábeis,
- IV. demais livros exigidos por lei.

Art. 56 - Os livros poderão ser confeccionados em folhas soltas, numeradas e arquivadas.

Art. 57 - Os livros estarão sob a guarda do Vice-presidente para Assuntos Administrativo-financeiros do Conselho de Administração do OS, devendo ser conferidos e vistados anualmente pelo seu presidente e pelo Conselho Fiscal.

CAPITULO XVII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 58 - Os integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal não serão remunerados pelo exercício de suas funções, ficando expressamente vedado por parte de seus membros o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagens, pelos cargos exercidos junto ao OS, ressalvado o ressarcimento das despesas realizadas, quando em serviço da entidade.

 16



OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011

CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009

Parágrafo Único – A qualquer Conselheiro é vedado qualquer ato ou prática que venha a trazer benefício e ou vantagem pessoal, diretos ou indiretos, individuais ou coletivos, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

Art. 59 - Em casos de constatados problemas de conduta ética do associado ou mau uso do nome do Observatório, o Conselho de Administração poderá propor a formação de uma comissão de sindicância, formado pelos associados, com o mínimo de cinco (05) membros, para análise da situação e fornecer pareceres para decisão administrativa.

Art. 60 - O OS deverá manter em caixa o numerário estritamente necessário à realização de pagamentos imediatos, bem como conservar em conta bancária as importâncias destinadas ao cumprimento das obrigações em curto prazo.

Art. 61 - As compras efetuadas pelo OS, em razão dos serviços por ele executados, deverão seguir as normas do Regimento Interno.

Art. 62 - A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pelo OS, será realizada conforme determinado **Capítulo XIV** do presente estatuto.

Art. 63 - O OS poderá contratar com terceiros a prestação de serviços técnicos ou especializados, desde que praticados os valores de mercado correspondentes à região de sua atuação.

Art. 64 – A fim de cumprir seus objetivos, o OS poderá contratar estagiários, oferecendo campo de estágio para estudantes, bem como abrir projetos e programas à participação de voluntários, nos termos da Lei.

Art. 65 - Para se alterar o presente Estatuto é necessário que a reforma seja aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, desde que não contrarie a finalidade do OS.

Art. 66 - O OS extinguir-se-á, por deliberação unânime da Assembleia Geral Extraordinária, nos casos previstos em Lei ou quando verificada a impossibilidade de realizar seus fins.

Art. 67 – Extinto o Observatório, o seu patrimônio será transferido à outra pessoa jurídica, qualificada nos termos da Lei 9790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social do OS.

Parágrafo Único – Da mesma forma, na eventualidade do OS perder a qualificação de OSCIP, o respectivo acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que durou aquela qualificação, será

  17

OBSERVATÓRIO SOCIAL DE FOZ DO IGUAÇU ESTATUTO SOCIAL

CONSOLIDADO APÓS A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AGE DE 23/09/2011
CNPJ Nº 11.210.703/0001-60 – Registro no Cartório sob nº 0035716 em 07/10/2009
transferido à outra pessoa jurídica qualificada, preferencialmente que tenha o
mesmo objeto social.

Art. 68 - As funções de membro do Conselho Fiscal não poderão ser exercidas
por parentes até o terceiro grau dos membros do Conselho de Administração.

Art. 69 - Os casos omissos, se não regulados por este Estatuto ou pela Lei, serão
dirimidos pelo Conselho de Administração, com anuência do Conselho Fiscal do
OS.

CAPÍTULO XVIII DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 70 – As pessoas que participaram desta assembleia geral extraordinária, que
aprovou a presente alteração estatutária e aquelas que solicitarem sua inscrição
num prazo máximo de dez dias da data de realização desta assembleia e com a
aprovação por maioria absoluta do Conselho de Administração, passam a integrar
o quadro de associados, na condição de Efetivo.

Foz do Iguaçu, 23 de outubro de 2011.

Giuliano Inzis
Conselho de Administração
Presidente

DIMAS BRAGAGNOLO
Secretário da Assembleia

Antonio Derseu Candido de Paula
Advogado
OAB-PR nº 31.016

ESTEVES
SANTOS

1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS, TÍTULOS
E DOCUMENTOS, PESSOA JURÍDICA
Av. Juscelino Kubitschek, 200 • CEP 85851-210 • Foz do Iguaçu • Paraná
Fone: (45) 3025-4422 • cartorio@estevesantos.com.br

Registro Civil de Pessoas Jurídicas
FOZ DO IGUAÇU (PR), 20/10/2011 Protocolado sob nº 0038541
e Registrado sob nº 0035716 e averbação nº 01 no Livro -A-261 sob as
Folhas - 035/065 Funrejus: 5,30. apresentante: GIULIANO INZIS

Kanne Rorato Colombelli
Escrevente Autorizada

Válido somente com selo FUNARPEN Lei 13.228 de 18/07/2001

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE
PESSOAS JURÍDICAS
MARCELO ESTEVES SANTOS
Oficial

Avenida Juscelino Kubitschek, 200
CEP: 85851-210 - Tel: (45) 3025-4422
Foz do Iguaçu - PR.

